

Nova Odessa: um caminho para a Cidade Afetiva

Michelli Vieira do Lago Ruesta Changman,

Juíza de Direito Titular da 2ª Vara e Infância e Juventude de Nova Odessa, e
Coordenadora do CEJUSC – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania

mlago@tjsp.jus.br

Introdução

A cidade é formada por pessoas, cada uma com seus valores, forma de se vestir, de falar, com a sua contribuição cultural, intelectual, religiosa, afetiva. A qualidade do ser humano que habita uma cidade é revelada a partir do que a população faz dela, e do que o seu governo faz dele. Além disso, influenciam o modo de agir e de pensar da população fatos históricos ou situações imprevisíveis e marcantes, a exemplo de uma cidade que passa por um grande desastre natural, cujo povo poderá sofrer a incidência de sentimentos de humanidade, cooperação e resiliência.

Discutir sobre a promoção da afetividade em uma cidade implica saber como esse povo vive, como se sente tratado pela própria comunidade, pelos seus governantes, e pela família. O desenvolvimento da afetividade de um indivíduo passa por movimentos de vai e vem, entre a vida pessoal e comunitária; ou seja, tanto fatos da vida privada quanto da vida social poderão influenciar para a promoção do afeto.

É possível que uma pessoa se sinta num ambiente afetivo ou numa cidade afetiva quando percebe que a cidade se importa com ela. Tomemos o exemplo de um cadeirante que se sente incluído na vida social, comunitária, ao conseguir se transportar sozinho pelas ruas sem grandes dificuldades. Ou de um idoso que sempre encontra pela rua pessoas atenciosas e dispostas a ajudá-lo, ou locais de interesse da sua faixa etária. Como fazemos para gerar, numa cidade, uma população atenciosa com os idosos e respeitadora daqueles que tem necessidades especiais?

Os pedestres podem sentir que vivem numa cidade afetiva quando percebem que a cada quarteirão encontram cestos de lixo, para onde efetivamente vão todos os detritos: caminham pelas ruas sem se deparar com a poluição visual de um lixo atirado na rua, no meio fio, no meio do arbusto da praça.

A cidade afetiva, enfim, alimenta a ideia de que a participação popular na transformação da cidade se torna decisiva para o bem-estar de quem irá morar nela.

Uma cidade afetiva para crianças e adolescentes.

A garantia dos direitos da infância e da adolescência nos grandes centros urbanos está no foco das atenções do UNICEF em todo o mundo. Em poucos anos – e pela primeira vez na história –, a maior parte das crianças vai crescer em cidades. Mais da metade da população mundial, incluindo cerca de 1 bilhão de crianças, vive hoje em áreas urbanas. Muitos desses meninos e meninas têm acesso a escolas, hospitais e espaços de lazer. No entanto, esses direitos ainda não são uma realidade para todos. No Brasil, mais de 84% da população mora nas cidades. Milhares dessas pessoas são meninas e meninos que ainda não têm garantidos seus direitos à educação de qualidade, à saúde, a um ambiente acolhedor e protetor. Negar-lhes esses direitos não apenas rouba sua chance de alcançar todo o seu potencial, como também tira das sociedades os benefícios de ter uma população apta a dar respostas aos desafios que a vida em sociedade exige de cada um. (*Fonte: Unicef, Plataforma dos Centros Urbanos, 2017*).

Como uma cidade pode ser afetiva para crianças e adolescentes? Primeiramente, há de se considerar que, com o decorrer do tempo, são as próprias crianças e adolescentes que vão alimentando ou não a afetividade na cidade, pois não é à toa o jargão popular “as crianças são o futuro da nação”.

São crianças bem cuidadas por suas famílias e/ou pelo meio social inclusivo em que eventualmente estejam inseridas, que tendem a ocupar bons postos nas universidades, nas empresas, na arte, na música, nos esportes, enfim, nos mais variados projetos de vida.

São, por outro lado, crianças mal cuidadas por suas famílias e/ou pelo meio social exclusivo em que eventualmente vivem, que tendem a ocupar as ruas, as biqueiras,

as esquinas, na posse de armas e outros instrumentos capazes de aterrorizar aquelas crianças, e suas famílias, ou umas às outras.

Basta caminhar pelas ruas das grandes cidades brasileiras para perceber como elas são marcadas por enormes desigualdades, que separam em mundos completamente diferentes meninas e meninos que vivem em comunidades populares (favelas, assentamentos, cortiços, conjuntos habitacionais) daqueles que moram em outras regiões da cidade. Para crianças e adolescentes das comunidades populares, muitas vezes é negado o acesso a direitos fundamentais, como educação de qualidade, bons serviços de saúde, prática de esportes e lazer. Eles também são vítimas de preconceito, discriminação e várias formas de violência. Seu futuro pode ficar comprometido pela falta de oportunidades desde o seu nascimento. (Fonte: Unicef, Plataforma dos Centros Urbanos, 2017).

É possível dizer que a interação da cidade com a criança exerce sobre ela um certo grau de afetividade, à medida que ela percebe que o meio lhe é receptivo, e entende a sua fase de desenvolvimento.

Vivemos num tempo em que dificilmente vemos crianças e adolescentes sozinhos andando pela rua, especialmente vindos de famílias mais abastadas. O medo tomou conta da população. Ver crianças brincando nas ruas, apenas em bairros periféricos ou dentro dos condomínios. Isso, sem contar outros fatores, como um maior número de carros nas cidades e o intenso tráfego nas ruas.

No entanto, o planejamento urbano e a revitalização das áreas públicas com foco nas pessoas, especialmente nas crianças, são providências que podem alimentar a afetividade nas cidades, entre as pessoas e, conseqüentemente, entre famílias.

Diversas cidades no mundo têm pensado em como a mobilidade urbana pode ser trabalhada com ênfase nas pessoas, transformando a cidade para as pessoas.

Não é à toa que pais e crianças em várias cidades do mundo têm adotado formas alternativas de transporte escolar, como o Pedibus ou ônibus a pé. Trata-se de um sistema simples de transporte coletivo: um ou mais adultos acompanham um grupo de crianças até a escola, a pé. Cada casa uma parada. Cada caminhada, um encontro com a vizinhança e com o balé diário de suas

ruas. Há até aplicativos para celular que ajudam os pais a se organizarem, estabelecendo trajetos, paradas e sistemas rotativos de acompanhantes. Propostas como o Pedibus apostam na construção de uma territorialidade e de uma sensibilidade para o mundo ao redor: as crianças, nos percursos diários por territórios reconhecíveis, podem estabelecer relações de orientação e, fundamentalmente, de segurança, com as cores dos portões, os cachorros e os jardins de cada casa e com atendentes e comerciantes, lavadores de carros e velhos sentados no bar de cada rua – apesar de, e tendo como suporte, a vigilância constante dos adultos acompanhantes. Pesquisas realizadas na Espanha e na Dinamarca sugerem que caminhar ou pedalar até a escola melhora o desempenho das crianças e adolescentes, além de evitar a obesidade – que, no Brasil, começa a se tornar um problema de saúde pública, com mais de um terço das crianças acima do peso. Os jovens espanhóis que se deslocam a pé ou de bicicleta até a escola se saem melhor em testes de gramática e matemática. Os pequenos dinamarqueses pedestres ou ciclistas são mais concentrados que os companheiros motorizados e, segundo os pesquisadores, exímios montadores de quebra-cabeças. Mas, para muito além de uma moral da atividade física e de corpos e mentes saudáveis e produtivos, resta a evidência do bem-estar de se vivenciar a rua, que, mais do que palco de “atividades” ou do “desenvolvimento psicomotor” para as crianças, é um lugar fundamental de socialização, trocas e percepção do outro e do espaço – bem como do outro no espaço. (REGALDO, FERNANDA. Cuidado: Crianças. *Revista Piseagrama*, www.piseagrama.org, Rona Editora).

A criação de ciclovias, calçamentos próprios para caminhada, plantio de árvores por toda a cidade, construção de playgrounds, revitalização de praças e expansão de pontos de encontro, não somente no centro mas também em áreas periféricas, são formas de mostrar às pessoas que a cidade é delas. O desestímulo ao uso de carros permite a exploração do ambiente, além de representar economia em questões de saúde.

Percebemos que há cinquenta anos fazemos um planejamento urbano que gradualmente convida pessoas a não se moverem. Podemos deslocar as pessoas para baixo e para cima em escadas rolantes, e podemos movê-las em carros, e as pessoas podem viver uma vida inteira praticamente sem se

mexer. Em algumas cidades americanas, levaram isso longe demais. Conheci uma cidade no Mississippi que não tem mais calçadas. Afinal de contas, quem as usaria? No shopping dessa cidade existe até uma placa que diz: “As pessoas podem se exercitar aqui todos os dias de 8h às 10h”. Antes de fazer compras, as pessoas podem andar para cima e para baixo no shopping, como aconselhado por seus médicos! Bem sabemos que hoje nos Estados Unidos há mais pessoas morrendo por não se mexerem do que por fumarem. Alguns médicos com quem já conversei afirmam que se caminhássemos ou andássemos de bicicleta por uma hora por dia, poderíamos ter sete anos a mais de vida, em comparação com aqueles que não se mexem. Não precisamos de muito para, através do planejamento urbano, tornar as caminhadas e pedaladas muito mais naturais e atraentes. (GEHL, JAN. Cidades para pessoas. Palestra extraída do site Piseagrama: www.piseagrama.org, Rona Editora; <http://gehlarchitects.com>).

Poucas pessoas ainda pensam sobre como podem, elas próprias, mudar seu ambiente, torná-lo mais afetivo, com os recursos de que dispõe. Existem muitas formas, muitas saídas, mas a parte mais difícil, talvez, seja quebrar a mentalidade de que do Estado dependemos de tudo, e não há nada mais que fazer do que esperar providências externas.

Contudo, estudos demonstram que a transformação do espaço urbano e familiar depende também de nós, e esse investimento pessoal na mudança do bem comum com poucos recursos, além de que fomentar a criatividade, diversifica o entorno, explora as habilidades, motiva e conduz o ser humano à experiência, além de permitir a visão da mudança muito mais rápida do que o retorno que costumamos esperar do Estado.

Quando o ser humano acredita que pode fazer a diferença em uma comunidade, através de ações principalmente conjunta com seus pares, é capaz de transformar o meio e lhe conferir qualidade de vida.

Por outro lado, aceitamos que a modernização econômica e social seja feita à custa do indivíduo, como se o conforto de um rio limpo, de ruas arborizadas (talvez até com frutas) ou simplesmente transitáveis, de espaços livres para o convívio e para as brincadeiras das crianças fosse incompatível com o desenvolvimento. Pensamos nisso como coisas do passado, quando

justamente as novas tecnologias tornam isso mais possível do que nunca. Somos mais ricos, mas esmagados pela forma absurda por meio da qual utilizamos essa riqueza. O problema central, portanto, é o da recuperação do controle do cidadão, em seu bairro, em sua comunidade, sobre as formas de seu desenvolvimento, sobre a criação das coisas concretas que fazem com que nossa vida seja agradável. Ou não. Não há nenhuma lei que determine que devemos nos matar todos de trabalhar para criar um mundo que não queremos. Já é tempo de nos tornarmos exigentes.

Nossa passividade tem sido alimentada pelo ideário da mão invisível do mercado que promete nos levar ao melhor dos mundos e pela visão estatizante que nos assegura que o planejamento central ordenará nossas vidas. Frente à falência dos dois modelos, a escala local aparece como possibilidade política de autogestão social (DOWBOR, LADISLAU. O poder local. REGALDO, FERNANDA. Revista Piseagrama, www.piseagrama.org, Rona Editora).

Vemos, portanto, que a cidade afetiva pode ser construída tanto pelo governo local como também pela coletividade, através de ações criativas.

Afetividade na família e políticas públicas.

Quando começa o futuro de uma criança e o desenvolvimento da afetividade? Podemos considerar que é a partir do momento em que é concebida.

A mãe que: deseja a gestação (ainda que não a tenha planejado); prepara-se para ela; cuida do feto fazendo o pré-natal; é privada de traumas e aborrecimentos importantes; consegue ter um atendimento médico de boa qualidade; recebe orientações; amamenta adequadamente seu filho, consegue permanecer com ele o tempo necessário para que se desenvolva emocionalmente bem na Primeira Infância, certamente estará mais confiante de que a promoção do afeto foi suficiente para evitar que incida em fugas, vícios, falta de perspectiva de vida, depressões e outras patologias.

Já a mãe que, não se encontrando em estado de vulnerabilidade social, ainda assim não se atenta para o acompanhamento da gestação; por variados motivos deixa de

atender o seu bebê; negligencia inconscientemente os cuidados ou os delega a terceiros de forma desarrazoada, enfim, não se faz presente na vida do filho, poderá comprometer sua saúde emocional causando nele diversos tipos de carências.

A mãe em estado de vulnerabilidade social, por conseguinte, terá grandes dificuldades de prosseguir sozinha na atenção aos seus filhos, ainda que assim deseje e tenha consciência de que precisam dela.

Especialmente nos dois últimos casos - lembrando que quando falamos de mãe, referimo-nos, na verdade, a todos aqueles que assumem a tarefa de criar e educar – faz-se necessária a relevante intervenção da sociedade civil organizada, com instituições voltadas à promoção de direitos e melhoria de qualidade de vida das famílias, bem como um governo sensível que deseje promover políticas voltadas para esse atendimento, incluindo-se também a necessidade de divulgação de informações quanto aos efeitos nocivos de certos tipos de comportamentos para a saúde emocional do indivíduo.

Sabemos que a Infância é o começo de tudo. Costumamos desacreditar algo quando dizemos: “Isso já começou mal...”. Pois bem. É justamente esse o ponto central do tema ora tratado. Qual a aposta, o investimento, a “cartada” que uma sociedade precisa fazer para colher os melhores frutos de suas políticas?

Investir na Primeira Infância é o melhor que um governante e a sociedade civil podem fazer para uma cidade ser afetiva.

A cultura brasileira vive um imediatismo em todas as suas esferas, em todas as estruturas públicas e privadas e evolui lentamente na perspectiva de que prevenir é melhor que remediar.

Temos avançado, mas é preciso mais.

Crianças e adolescentes precisam ter as mesmas oportunidades desde o momento em que são concebidas. Oportunidades de a gestante ser cuidada, de ter um bom pré-natal, de poder optar pelo parto preferencialmente normal dado às vantagens emocionais que se sobrepõem às cesarianas, de lhe ser concedida licença maternidade estendida a fim de que possa acompanhar a fase mais importante na formação biológica e emocional de seu filho, entre outros cuidados inerentes a essa fase.

Não se trata de utopia, de desperdício de dinheiro e de tempo. É pensar preventivamente. Países da Europa já adotam licença maternidade até os 02 anos por

perceberem que esse investimento é revertido no longo prazo, quando essas crianças devolvem à sociedade toda a formação intelectual saudável que puderam ter.

Enfim, uma cidade afetiva pensa diuturnamente em suas crianças e adolescentes, e investe com prevalência na sua formação psíquica, garantindo todos os direitos previstos na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e nas demais leis correlatas.

Da afetividade em Nova Odessa.

Trazendo o tema para Nova Odessa, sede do Projeto AFIN, temos o seguinte panorama da cidade quanto à estrutura e serviços públicos:

Área total do Município - 73,298 Km². População: 45.625 habitantes de acordo com Contagem da População feito pelo IBGE em 2007. A cidade está no centro da Região Metropolitana de Campinas. Conhecida como “O Paraíso do Verde”, Nova Odessa tem 15 árvores para cada habitante, e mais de 30 metros quadrados de área verde para cada morador. Quanto ao Saneamento Básico de Nova Odessa, 99% das residências têm água encanada de qualidade, captada em mananciais próprios pela Coden - Companhia de Desenvolvimento, e 98% das residências têm esgoto coletado e afastado. 27% do Orçamento está investido na Educação. 100% das crianças estão na escola e não há falta de vagas em creches. São 5.500 alunos matriculados na Educação Básica. Índice Paulista de Responsabilidade Social aponta Nova Odessa em 8º lugar no ranking estadual da Educação. A Promoção Social realiza mais de 600 atendimentos avulsos por mês. As escolinhas de esporte municipais já contam com mais de 16 modalidades, atendendo a 1.800 crianças, jovens e adultos. Nas competições oficiais, a cidade é representada por mais de 20 equipes. (Fonte: site da Prefeitura Municipal de Nova Odessa, www.novaodessa.sp.gov.br).

Para saber mais sobre a posição que o tema ocupa na cidade de Nova Odessa, o Projeto AFIN realizou entrevistas com os diversos atores do Sistema de Garantias e Direitos da Criança e do Adolescente local, entre outros colaboradores.

Na visão da Assistente Social Judiciária Cristina Goulart, Nova Odessa apresenta poucos casos de abandono afetivo pela família, uma vez que *tanto as mães quanto os pais relatam alta frequência de comunicação com os seus filhos, bem como participação nos seus cuidados e atividades escolares, culturais e de lazer, o que sugere a presença da afetividade entre eles. Todavia, não considero que esta afetividade seja promovida pelo Município, tendo em vista a fragilização dos serviços de proteção à criança de modo geral.* Goulart ainda pondera: *considerando que a maioria dos casos abordados neste Juízo envolvem famílias em situação de pobreza, acredito que o maior desafio de Nova Odessa é preparar os atores do Sistema de Garantia de Direitos, que atuam frente às situações de vulnerabilidade a que estão expostas as nossas crianças, a prestar serviços de qualidade na rede de proteção básica do município evitando que estas famílias cheguem a situações de risco e violação de direitos.*

A Gestora Municipal da Promoção Social, Shirley Barbosa comenta que *o carinho físico, o toque, o contato recebido na primeira infância é uma ferramenta importante para o desenvolvimento de suas habilidades e informa que o Município de Nova Odessa atualmente oferece, como política pública voltada para a infância, a partir dos 06 anos, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), realizado pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do Jardim das Palmeiras, que abrange os diversos ciclos de vida. Informa que os objetivos do SCFV é valorizar a cultura das famílias e comunidades locais, pelo resgate de seus brinquedos e brincadeiras, pela promoção de vivências divertidas/lúdicas, além de desenvolver estratégias para estimular as potencialidades de crianças com deficiência e o papel das famílias e comunidade no processo de proteção social.* Ressalta a necessidade de parcerias para a ampliação de trocas culturais e vivências, o desenvolvimento do sentimento de pertença e de identidade, fortalecimento de vínculos familiares e incentivo à socialização e convivência comunitária, enfim, parcerias para a execução do serviço eis que, *trabalhar diretamente com crianças exige muito do profissional, porque, nesta idade, eles são muito dinâmicos, ativos; é necessário muita criatividade, materiais lúdico e diversas atividades diferenciadas para conseguir mantê-los em atividade.*

Na visão da Tathiana Zacharias, Presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, Nova Odessa pode ser considerada uma cidade afetiva sim, *em certos aspectos, pois, nos últimos anos o governo tem revitalizado as praças, promovido eventos culturais, oficinas etc, que proporcionam momentos agradáveis as famílias. Acredito que o simples fato da família e as crianças terem contato, por exemplo, no Natal, com um ambiente todo pensado e preparado, decorado com luzes de natal e Papel Noel, ou uma apresentação de um espetáculo de dança já é uma forma de promover afetividade.* Atenta, por outro lado, ao problema relativo à saúde emocional das crianças, lembra que, *assim como em muitos Municípios, a cidade ainda não conta com CAPSI - Centro de Atenção Psicossocial infanto-juvenil, serviço esse que tem se mostrado de extrema necessidade, à vista dos crescentes casos de envolvimento de menores com drogas, violência, delinquência, etc.*

Pontua, por fim, que *Nova Odessa nos últimos anos tem implantado alguns serviços que auxiliam a família e, conseqüentemente as crianças, dando um suporte e acompanhamento mais próximo (CREAS, CRAS, CAS). O Conselhos Tutelar desenvolve um papel de grande valor e importância quando se fala de criança, pois são os conselheiros que lidam diretamente com os casos e são os responsáveis em zelar pelo bem-estar e tomar decisões caso seja necessário intervir.*

Segundo Valéria Versignasse, Psicóloga da Equipe Técnica do Juízo de Nova Odessa, *para a psicanálise, o desenvolvimento do afeto acontece na relação que a criança estabelece com sua mãe ou figura substitutiva. Se for uma relação positiva, a criança irá manter a proximidade com seu cuidador como uma forma de satisfação e segurança. Se a relação for negativa, a criança tende a se afastar e estabelecer relações patológicas. A forma como a criança introjeta os cuidados que foram dispensados a si desde os primeiros contatos com aquele que cuida dela, se transferirão para suas futuras relações. Portanto, a criança sempre irá necessitar de um bom começo de vida para desenvolver plenamente sua capacidade de afeto. Por outro lado, para que a mãe ou seu substituto possa servir de referência positiva para a criança no desenvolvimento do afeto, ela precisa de ambiente suficientemente bom (Winnicott, 1975), ou seja, de condições favoráveis físicas e psicológicas, com as quais o indivíduo convive, adequadas o suficiente à sua necessidade. Como dito acima, a mãe necessita de um bom ambiente para que ela possa se preocupar, no início da vida da criança, somente com a construção de seu vínculo afetivo com o filho. Quando fatores diversos atravessam a vida da mãe neste momento crucial, ela pode não conseguir oferecer ao bebê o suporte necessário,*

prejudicando o desenvolvimento da criança. Diante disso, se faz urgente, quando se trata de população em situação de vulnerabilidade social, a proteção de toda a família através de programas socioassistenciais efetivos. Penso que a maior dificuldade na Comarca de Nova Odessa, levando em consideração o perfil de casos que atendemos, é fragilização dos serviços socioassistenciais. Como a afetividade se constrói nas relações, quando as políticas públicas falham e não oferecem a família o básico para a saúde física e emocional de seus membros, ela não ajuda a promover vínculos saudáveis entre as pessoas. Assim, levando em consideração que uma das funções (dentre outras) da rede de garantia de direitos é favorecer o protagonismo e a autonomia das famílias (e com isso fortalecer sua função protetiva), Nova Odessa ainda tem um longo caminho a trilhar, principalmente na qualificação continuada de todos os atores que fazem parte do Sistema de Garantia de Direitos.

Importante ressaltar que a promoção da afetividade, na Primeira Infância, passa necessariamente pelo atendimento material da criança. Isso não significa que a família precisa atingir certo padrão aquisitivo, mas sim, ter acesso aos serviços que garantam adequada orientação quanto à higiene, alimentação saudável, atendimento básico de saúde, organização de uma casa, etc.

Imaginemos uma situação em que a criança fica exposta a uma série de doenças por conta da falta de organização e higienização da casa, ou se alimenta apenas de alimentos gordurosos, ou de fato está enferma e a família não a socorre no momento adequado... especialmente na Primeira Infância, a assistência material também faz diferença na afetividade pois, caso contrário, a criança sofrerá com o descuido, não somente no íntimo do seu lar, mas com a discriminação advinda do meio externo frente à má aparência que esse descuido lhe ocasiona.

Ensinar, pois, à criança, que é preciso ter asseio pessoal, boa aparência, boa alimentação, é inclusão: permitir que ela viva em sociedade com a auto estima capaz de enfrentar os desafios próprios do cotidiano. Caso contrário, a omissão acarretará, não somente o comprometimento da sua saúde física, mas também, psíquica, frente ao sentimento de marginalização, exclusão social.

E, seguindo o raciocínio acerca da necessidade do afeto para a inclusão social, interessante a contribuição da Diretora da APAE de Nova Odessa, Maria Tereza Casazza: *pais e educadores querem preparar os pequenos para um mundo competitivo e irracional, mas habitualmente esquecem do que o carinho e o afeto podem fazer por uma pessoa ainda sem parâmetros e sem ter conhecimento do mundo. E em se tratando de*

pessoa com deficiência esse mesmo afeto é vital para que se sintam amparados e consigam estabelecer um bom vínculo com a sociedade. Essas pessoas precisam muito de apoio e da dedicação das famílias e da escola para que possam estabelecer uma melhor qualidade de vida e grandes ou, talvez, pequenos progressos, pois o aprendizado é baseado em atividades de vida diária, e não apenas em alfabetização e tomada de conhecimentos do currículo escolar comum. Sobre a construção da cidade afetiva, lembra que Nova Odessa ainda é uma cidade afetiva, mas encontra inúmeras barreiras nos problemas sócio-econômicos da vida atual. As famílias estão bastante desestruturadas e as crianças vão para a escola com uma bagagem ruim, com problemas físicos e psicológicos gerando incapacidade para o aprendizado e, na pior das hipóteses, uma grave deficiência.

A adoção pelo Poder Público de políticas de promoção de direitos das crianças e dos adolescentes certamente contribui para diminuir situações de vulnerabilidade social, facilitando a que as energias das famílias se concentrem no que interessa: no bem-estar dos seus membros e no estímulo de suas potencialidades, o que eleva auto estima dos indivíduos.

Do contrário, quando membros de uma família precisam desesperadamente suprir suas necessidades básicas dificilmente estarão aptos a cuidar psiquicamente uns dos outros, pois essas questões passam a ser secundárias.

Em outras palavras, o Poder Público pode e tem todas as condições de alimentar a afetividade nas famílias, proporcionando a renovação de estímulos, de conhecimento, de mentalidade quanto ao modo de lidar e tratar os indivíduos, através de políticas que lhes permitam o “despertar”, enfim, a descoberta das suas habilidades para se desenvolverem, criarem, elaborarem um projeto de vida.

Vale lembrar, todavia, que não incumbe apenas ao Município promover a afetividade em seu povo, mas também à própria população, por meio de ações positivas e inclusivas, e às famílias, que devem evitar construir um cenário hostil em seus lares, promovendo sim ações baseadas em bons sentimentos.

A Assistente Social Judiciária, Mafalda Regina Serra, comenta sobre os casos de rompimento das relações conjugais, em que *há disputa pela guarda da criança, sendo que em muitos casos os genitores somente se preocupam em um atacar o outro e não atender às necessidades da criança, que está, naquele momento, tendo a sua vida totalmente modificada pela nova realidade familiar que lhe é imposta. Pois,*

anteriormente, tinha acesso às famílias de ambos os genitores e, após a separação dos pais, algumas permanecem por longos períodos sem manter contatos com alguns membros de seu núcleo familiar. Também ocorre que muitos genitores, após a separação, se esquecem de seus filhos, não os visitam, não mantêm relacionamento algum, deixando os cuidados somente a cargo de quem está com a guarda.

Isso sem contar os casos de separação. Prosseguindo, assevera que muitas vezes, os genitores estão mais preocupados em um denegrir a imagem do outro, principalmente em relação à família do outro. Consideram a família do outro inadequada para a convivência com seu filho, ocorrendo discussões na frente das crianças envolvidas, o que abala de forma negativa o comportamento desta criança. Outro aspecto relevante é quando os genitores separados ou não, negligenciam os cuidados com seus filhos, desde a higiene pessoal, escola ou até mesmo permitindo comer tudo o que a criança deseja.

No tocante à importância do trabalho da Afetividade na Primeira Infância, assentou a Presidente da instituição de acolhimento na Cidade, Associação Amigos do Casulo, Ana Carolina Padela, que é *extremamente importante, pois é nesta fase que haverá a troca de carinho, amor e cuidado com a criança, ensinamentos que levará para o resto da vida; é a construção do caráter do ser humano, pois os primeiros anos de vida é que define o presente e futuro da humanidade*, ressaltando que a garantia da qualidade dos serviços e a valorização desse trabalho surte efeito imediatos e em prol da população infantil. Assevera, nesse contexto da afetividade, com relação às crianças acolhidas, que *os pais ou responsáveis são estimulados, a todo momento, a demonstrar ou até mesmo criar vínculos de carinho e amor para com o filho. É comum nos depararmos com situações de repetição, onde os genitores não receberam afeto dos pais e repassam esse comportamento na criação dos filhos. Acredite: isso é mais comum do que parece. Nosso papel como serviço de acolhimento é, além de oferecer os cuidados básicos à criança, mostrar aos pais que a resiliência é possível; conhecer o filho, respeitá-lo e amá-lo, e o que é importante: tratá-lo como criança. Educar para formar uma pessoa, um cidadão que futuramente vai cuidar dos pais com os valores adquiridos na infância e por toda a vida.*

Sobre o tema, a Promotora de Justiça de Nova Odessa, Dra. Beatriz Binello Desmaret, sustenta a necessidade da abertura de duas frentes para o desenvolvimento da afetividade entre pais e filhos, na nossa sociedade, na nossa cultura. Uma diz respeito à

atuação governamental junto à sociedade civil, para a discussão sobre o controle de natalidade. Nos seus dizeres, *a mera sugestão de educação sexual nas escolas causa grandes comoções. A legislação atual impõe uma série de obstáculos à realização de laqueaduras e vasectomia pelo SUS. Enquanto isso, muitas crianças são geradas por pais adolescentes, outras vem ao mundo para logo depois serem abandonadas.*

A outra diz respeito à responsabilidade da família para a promoção do afeto, eis que *a própria sociedade parece só falar em direitos, garantias e auxílios “bolsas” do governo, esquecendo-se dos deveres e responsabilidades também das crianças e adolescentes. Criação com apego inclui a imposição de limites. O corre-corre do mundo moderno não é desculpa para atribuir ao Estado, à escola ou à mídia a função de educar. Não basta dizer ou punir, é preciso ser, dar o exemplo, à criança. A autoridade de pai, mãe ou cuidador não se impõe, é conquistada. A criança, ao se tornar adolescente, respeita os pais que admira e desobedece aqueles que se fizeram ausentes ou que só faziam gritar, bater ou punir.*

Um exemplo emblemático citado pela Promotora de Justiça é o caso de *um rapaz que na infância foi abandonado pela genitora, que posteriormente reconstruiu sua vida com outro homem e teve outros filhos, mantendo contatos esporádicos com ele. Basicamente foi criado na rua, pois seu genitor vivia embriagado. O rapaz era muito inteligente, não usava drogas nem fazia uso de bebida alcoólica por saber os efeitos nefastos, mas a falta de afeto tornou-o frio. Na adolescência, ele se envolveu com o crime organizado, encontrando em uma facção criminosa a família que nunca teve e tornou-se um dos líderes mais temidos. Promotores, juízes, psicólogos e assistentes sociais, todos tentaram ajudá-lo, mas a falta de uma criação com apego na infância tornou-o insensível e incapaz de obedecer regras ou respeitar os outros.*

É justamente o que comenta o Dr. Ivan Roberto Capelatto, Psicólogo, sobre a falta de estruturação do ego na Primeira Infância (trecho transcrito do vídeo institucional do Projeto AFIN): *as depressões infantis vão gerar futuramente sentimentos de não conseguir se adaptar, não conseguir pertencer. Então, o que vai acontecer com muitas das nossas crianças, dos nossos adolescentes, é que, para se adaptar à vida, ele vai usar o ego de um outro, que é o que acontece no trabalho infantil, que os Tribunais Regionais do Trabalho estão tentando combater, o que acontece na prostituição infantil, que hoje nós temos uma estimativa de doze milhões de crianças vivendo do ego da cafetina, do cafetão. E são crianças de seis anos, oito anos, dez anos. O tráfico: muitos adolescentes*

vivendo do ego do traficante, ou tentando se adaptar a torcidas organizadas, tentando se adaptar a coisas que já estão formadas no outro, que já estão organizadas no outro.

Alerta, enfim, a Promotora Beatriz: a criança ou adolescente é um ser em desenvolvimento que necessita de carinho, na forma de brincadeiras, colinho, elogios. Precisa de um atendimento consistente e amoroso de suas necessidades pelos pais ou cuidadores, onde os valores de empatia e compaixão são aplicados no dia a dia. Se a criança ou adolescente é privado de disciplina amorosa e senso de responsabilidade nas primeiras fases da vida, dificilmente se tornará um adulto responsável que obterá prazer em trabalhar e ajudar o próximo.

Conclusões.

A primeira conclusão a que podemos chegar ante o estudo realizado é que o afeto se constrói nas relações estabelecidas entre as pessoas no seio familiar e no meio social, mas pode ser potencializado ou vulnerado à medida em que as políticas públicas de atenção às pessoas e suas famílias, em especial, às crianças e adolescentes, mostra-se, respectivamente, fortalecido ou deficiente, falho, insuficiente, mormente diante da inexistência de participação ativa da sociedade civil na defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Com base nas entrevistas concedidas pelos atores do Sistema de Garantias e Direitos da Criança e do Adolescente e outros colaboradores, levando em conta ainda o artigo “Primeira Infância, Afetividade e Cidade Inteligente: Entrevistas para o Projeto AFIN em Nova Odessa – SP”, por Stella Hiroki, podemos considerar que Nova Odessa é uma cidade que busca promover a afetividade diante das ações governamentais citadas, uma vez que oferece serviços públicos num nível razoável de satisfação, em comparação com outras cidades brasileiras do mesmo porte. Ficou também ressaltado que as famílias cujas carências vão desaguar no Poder Judiciário, em sua maioria, sofrem por questões de vulnerabilidade social ou litígios decorrentes da desestruturação familiar, eis que são poucos os casos de contundente negligência afetiva.

O estudo ainda demonstrou a necessidade de fortalecimento dos serviços assistenciais, tanto de capacitação dos atores do Sistema de Garantias e Direitos das Crianças e Adolescentes, quanto no que se refere à quantidade dos atendentes, especialmente do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social). Isso por ter sido mencionado que trabalhar com a Primeira Infância implica muito tempo e energia do

profissional, o que leva a um atendimento aquém do esperado, dado ao reduzido quadro de profissionais envolvidos.

Considerando que o CRAS é um organismo destinado à prevenção da ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes e, ao mesmo tempo, ao fortalecimento de vínculos familiares, concluímos que um melhor aparelhamento especialmente desse organismo municipal poderá proporcionar atendimento a um maior número de famílias, e de forma personalizada, o que é mais interessante, pois permitirá o investimento de tempo e de conhecimento técnico adequado para cada caso.

Foi levantada também a necessidade de criação de um CAPSI para atendimento dos casos de dependência química ou drogas, pedido que se fundamenta na grande quantidade de jovens envolvidos com álcool e drogas na região. Convém considerar, a propósito, que grande parte dos roubos e furtos praticados por menores, e que chegam para processamento na Vara de Infância e Juventude local, está relacionada à comercialização de entorpecentes por adolescentes ou, por maiores de idade que daqueles se utilizam para a prática desses ou de outros crimes.

Interessante notar que não houve menção a qualquer trabalho organizado da sociedade civil, como Organizações Não Governamentais ou outras iniciativas, em prol das crianças e adolescentes, especialmente, voltado à Primeira Infância, à exceção da instituição de acolhimento “Amigos do Casulo”.

Foi mencionado ainda que o Programa Assistencial de *SCFV*, realizado pelo CRAS, não abrange a Primeira Infância, qual seja, o período de 0 a 6 anos, mas apenas crianças a partir de 6 anos.

Disso tudo decorre a conclusão de que o Município de Nova Odessa ainda não conta – até onde chegou ao conhecimento do Projeto Afin - com programas voltados especificamente para a Primeira Infância (período dos 0 a 6 anos), tanto por parte do Governo Municipal quanto pela sociedade.

Essa constatação abre espaço para uma luta conjunta e contínua do Sistema de Garantias e Direitos da Criança e do Adolescente e da comunidade local, a fim de que a cidade possa desenvolver programas e políticas voltadas para a Primeira Infância, posto que o efetivo investimento nessa etapa da vida representa, a longo prazo, o verdadeiro caminho para a Cidade Afetiva.

BIBLIOGRAFIA

DOWBOR, LADISLAU. O poder local. In: Extinção, Piseagrama, 2015. Disponível em: <<http://piseagrama.org/devagar-criancas/>>. Acesso em 09 de fevereiro de 2017.

GEHL, JAN. Cidades para pessoas. In: Extinção, Piseagrama, 2015. Disponível em: <<http://piseagrama.org/devagar-criancas/>>. Acesso em 09 de fevereiro de 2017.

PLATAFORMA DOS CENTROS URBANOS. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/where_9427.html/>. Acesso em 09 de fevereiro de 2017.

REGALDO, F. Devagar: Crianças. In: Extinção, Piseagrama, 2015. Disponível em: <<http://piseagrama.org/devagar-criancas/>>. Acesso em 09 de fevereiro de 2017.